

A Educação Superior na perspectiva do Plano Municipal de Educação de Criciúma: uma análise das metas, estratégias e da implementação

Perspectives for Higher Education in the Municipal Education Plan of Criciúma: analyzing goals, strategies, and implementation

Gislene dos Santos Sala¹

Universidade do Extremo Sul Catarinense

gislene.salla@gmail.com

Morgana Bada Caldas²

Universidade do Extremo Sul Catarinense

morganabada@hotmail.com

Gildo Volpato³

Universidade do Extremo Sul Catarinense

giv@unescc.net

Resumo: O objetivo foi compreender como o ensino superior está contemplado no Plano Municipal de Educação (PME) de Criciúma e quais ações estão em curso para a sua implementação, a partir da análise documental das metas 12 e 13. A primeira parte do artigo contempla o referencial teórico sobre a relação da Educação Superior com o desenvolvimento regional; e, a segunda, trata-se de apresentar a análise documental das metas 12 e 13 do PME e os respectivos avanços/estabilidades/retrocessos evidenciados. O estudo permitiu identificar três perspectivas para a Educação Superior em Criciúma: a ampliação de matrículas, a permanência dos estudantes e o aumento da qualidade. Concluiu-se que há de se considerar os impactos da pandemia no ano de 2020 para a

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

³ Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

implementação das metas 12 e 13 do PME e que sua efetivação encontra óbice, também, na ausência de previsão de ampliação de financiamento da educação superior, o que pode comprometer a eficácia da política pública.

Palavras-chave: Educação Superior; Plano de Educação; Desenvolvimento Regional

Abstract: Aiming to understand how Higher Education is included in Criciúma's Municipal Education Plan (PME), and what actions are underway for its implementation, based on documental analyzing PME goals 12 and 13. First part of this article contemplates theoretical framework in which relationship between Higher Education and regional development is addressed; the second one presents a documental analysis of PME's 12 and 13 goals, and respective advances/stabilities/setbacks evidenced. The study allowed to identify three perspectives for Higher Education in Criciúma: expanding enrollments, retention of students, and increasing quality. We concluded that strong impacts of the pandemic in 2020 must be considered for implementing 12 and 13 goals from Criciúma PME, and their implementation is also an obstacle in the absence of a forecast of expanding higher education financing, which can compromise effectiveness of public policy.

Keywords: Higher Education; Education Plan; Regional Development

Introdução

Os planos de educação são políticas públicas que registram os anseios da sociedade e têm como principal objetivo qualificar a educação em todas as suas etapas, níveis e modalidades. Para tanto, estabelecem as metas e respectivas estratégias que serão adotadas em determinado período.

O atual Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005 em 25 de julho de 2014, está constituído de 20 metas, 254 estratégias e 10 diretrizes a serem atingidas até o final do decênio, contemplando a Educação Básica, Educação Superior e Pós-Graduação (BRASIL, 2014). Por sua força constitucional, o Plano ultrapassa governos e consiste em um planejamento que visa à melhoria da qualidade da educação do país, ampliando o acesso, promovendo a equidade e a qualidade do ensino.

Após a aprovação do PNE (2014-2024), os estados e municípios tiveram o prazo de dois anos para elaborar ou reformularem seus planos, alinhando-os ao nacional em regime de colaboração, tendo em vista que a soma das metas e estratégias dos planos municipais deve ser suficiente para atingir as metas dos planos estaduais, que, por sua vez, devem possibilitar o alcance das metas nacionais. Assim, em 14 de dezembro de 2015 foi aprovada a Lei nº 16.794, que instituiu o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC), composto por 19 metas e 312 estratégias, articuladas ao PNE (SANTA CATARINA, 2015).

Quanto ao contexto municipal, foco desta pesquisa, o Plano Municipal de Educação (PME) de Criciúma⁴ foi aprovado pela Lei nº 6.514, em 1º de dezembro de 2014 (CRICIÚMA, 2015), sendo composto por 21 metas e 250 estratégias que versam sobre todos os níveis e modalidades da educação, por meio de três eixos principais: o acesso, a equidade e a qualidade da educação no Município.

Deste modo, este estudo⁵ teve como escopo a análise documental das metas 12 e 13 do PME de Criciúma, compostas respectivamente por 20 e por 5 estratégias, com o objetivo de compreender como esse nível de ensino está contemplado no plano e quais ações estão em curso para o alcance das metas no prazo estabelecido (2015 a 2024).

A formação em nível superior, no município de Criciúma, nos anos de 2019 e 2020, foi ofertada por 16 instituições: 01 federal, 01 comunitária (sem fins lucrativos), 01 polo da Universidade Aberta do Brasil - UAB e 13 privadas (com fins lucrativos), sobretudo oferecidas em polos. A organização acadêmica dessas IES são: Universidade (42,1%), Centro Universitário (15,8%), Faculdade (32,6%) e Institutos Federais (10,5%). Em relação ao número de vagas, temos: instituições públicas - 120 vagas (2019/2020) em cursos presenciais e semipresenciais; instituição comunitária sem fins lucrativos - 36.084 vagas (2019) e 34.642 vagas (2020) em cursos presenciais, semipresenciais e a distância; 12 instituições privadas - 52.970 vagas (2019) e 109.193 vagas (2020) em cursos presenciais, semipresenciais e a distância.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, por meio da adoção da técnica de análise documental, definida por Lüdke e André (1986) como aquela que utiliza como fonte de dados qualitativos os materiais escritos que possuam informações relevantes ao objeto de pesquisa, como leis, regulamentos, normas, pareceres, entre outros documentos. A presente pesquisa teve como principais fontes de dados documentais o Plano Municipal de Educação de Criciúma (CRICIÚMA, 2015), o relatório de monitoramento e avaliação do PME de Criciúma (2021) e indicadores publicados no site da Prefeitura Municipal⁶.

A Educação Superior e o Desenvolvimento Regional

Serra, Rolim e Bastos (2018) afirmam que, desde a Idade Média, as universidades têm sido criadas para atender às exigências de suas sociedades, que diferem conforme o contexto histórico, social, político e econômico que estão inseridas. O papel das universidades naquele período estava associado a um contexto social macro e somente muito recentemente é que esse foco ganhou a dimensão regional. Morosini e Fernandes (2011, p. 467) apontam que discutir sobre a universidade implica considerar “a sociedade e seu

⁴ Município situado no extremo sul de Santa Catarina, com uma população de 217.311 habitantes (estimativa IBGE, 2020), é conhecido por ser a capital brasileira do carvão e do revestimento cerâmico (CRICIÚMA, 2015; IBGE, 2020).

⁵ Pesquisa financiada pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu) – Pós-graduação.

⁶ O relatório do PME de Criciúma, com informações dos anos de 2016 até 2020, e os indicadores obtidos para a sua elaboração, em relação aos anos de 2019 e 2020, foram sistematizados pela Comissão Coordenadora e Equipe Técnica, instituídas por decreto do executivo, e podem ser consultados no site da Prefeitura Municipal de Criciúma, por meio do link: <https://www.criciuma.sc.gov.br/site/plano-municipal-de-educacao.php#conteudo>

entorno, na medida em que os problemas da universidade não se referem somente à sua constituição e desenvolvimento, mas a um cenário mais amplo da Educação Superior em seus movimentos e conflitos”, ou seja, os contextos no espaço e tempo que a envolvem influenciam significativamente em suas especificidades e objetivos. Em relação a internacionalização das IES as autoras (2011), apontam algumas tendências que influenciam os processos de internacionalização da Educação Superior:

a) a globalização das economias, do comércio, das finanças, dos serviços, do trabalho e de outros domínios; b) o papel crescente da produção, avanço, difusão e aplicação do conhecimento como fator de desenvolvimento; c) o progresso das tecnologias de informação e comunicação, o progresso nas ciências cognitivas e nas teorias do aprendizado; d) o novo relacionamento entre a Educação Superior, o mercado e a comunidade pressionando por maior responsabilidade e divisão equilibrada dos custos entre todos; e) a existência de governos democráticos e, ao mesmo tempo, também desigualdades, pobreza, instabilidade, com conflitos armados desafiando lideranças mundiais (MOROSINI; FERNANDES, 2011, p. 468).

É aí que reside fundamental a compreensão das políticas governamentais, pois por meio delas é possível perceber a imagem de futuro que se projeta, as metas definidas pelo poder público e as estratégias que serão adotadas para alcançá-las. Nesse sentido, nessa expectativa contemporânea de uma universidade que contribui com o desenvolvimento regional há um aspecto enraizado no senso comum, que nos preocupa, ou seja, o processo destinado ao desenvolvimento econômico regional, por vezes, pode-se velar o utilitarismo a que se reduz a universidade. Segundo Zabalza (2004, p. 25), a universidade tem sobrevivendo por inúmeras transformações nas últimas décadas, passando de um bem cultural para um bem econômico, “cujo beneficiário é o conjunto da sociedade (sociedade do conhecimento, sociedade da competitividade) [...] para o qual se encomenda um ‘serviço’ que deve resultar na melhor preparação e competitividade da força do trabalho da sociedade à qual pertence”.

Se a Educação Superior é concebida para uma sociedade competitiva do conhecimento, ela se torna força produtiva e corre o risco de afastar o estudante de uma formação integral e o aproxima das exigências efêmeras do mercado. Pensar a universidade como papel estratégico para o desenvolvimento econômico, à luz da especialização e do progresso tecnológico, ao mesmo tempo em que é relevante para a sustentabilidade das instituições, pode, num ideal singularizado, criar condições propícias à abdicação do núcleo essencial da universidade, a formação.

Ancorados em Zabalza (2004), entende-se que a formação profissional deve envolver um processo de desenvolvimento de competências e habilidades que permitam a análise das situações, a tomada de decisões e a resolução de problemas, ou seja, um conhecimento em ação. Assim, a formação não está ligada apenas à preparação para o mercado de trabalho, mas oferece condições para promover o relacionamento entre as pessoas, a valorização dos conhecimentos já adquiridos e a busca por novos saberes. A insegurança econômica que clama por intervenções da universidade e, portanto, do processo de elaboração do

conhecimento para composição do capital, que depende dele para sua acumulação e reprodução, pode tornar precária a formação porque exclui dela o movimento interno de transformação do indivíduo quando, pela interferência da velocidade, afasta a interrogação, a reflexão, a crítica e, portanto, a elaboração do que foi experimentado em direção ao plano do conceito.

Para que as instituições de Educação Superior, em especial as universidades, contribuam para o verdadeiro desenvolvimento regional e não apenas para a manutenção das lógicas de mercado, é preciso que sua atuação ultrapasse as barreiras do tecnicismo e forme profissionais para o diálogo, a reflexão e a transformação social.

Mora, Serra e Vieira (2018, p. 127) classificam três missões às universidades: para eles, a primeira, desde suas origens, é “a aprendizagem dos alunos por meio do ensino”. Posteriormente, com o surgimento do método científico, a pesquisa tornou-se conhecida como a segunda missão da universidade. E, por fim, a terceira – que surge para efetivamente realizar as duas primeiras – é o seu engajamento social, definido como “o modo de envolver os recursos intelectuais, humanos e físicos da universidade no serviço à comunidade” (MORA; SERRA; VIEIRA, 2018, p. 128), num processo que se corporifica de diferentes maneiras, a depender de cada instituição universitária.

Nota-se que a Educação Superior é indispensável ao desenvolvimento regional, porém, a dimensão universitária deve ir além do caráter econômico e em direção à formação crítica do estudante, por meio da inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão, num movimento de transformação do estudante, da própria universidade e da comunidade.

Portanto, partindo da compreensão que a Educação Superior contribui ao desenvolvimento regional, apresentaremos a seguir a análise crítica de seus avanços a partir da categorização e análise das estratégias contidas nas metas do PME de Criciúma.

A Educação Superior no PME de Criciúma (2014-2024) e a implementação das metas e estratégias

O PME de Criciúma (2015-2024) manifesta propostas para a Educação Superior nas metas 12 e 13 que dispõem, respectivamente, sobre seu ensino e qualidade. Quando trata sobre a Educação Superior, a meta 12 do PME de Criciúma tem como proposta apoiar a ampliação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Já a meta 13 propõe a elevação da qualidade da Educação Superior no município (CRICIÚMA, 2015, p. 59-62).

A partir do conteúdo das duas metas citadas, foram categorizadas as estratégias presentes no PME de Criciúma, sendo elas: 1) a ampliação de matrículas; 2) a permanência dos estudantes; e 3) o aumento da qualidade.

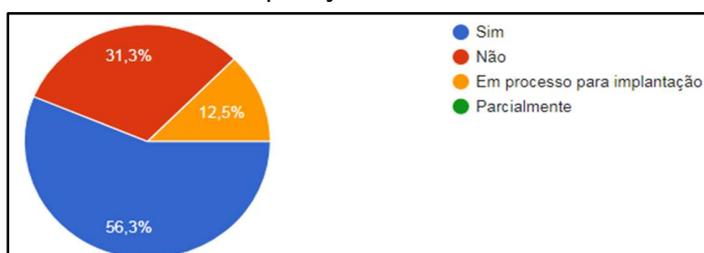
Sobre a primeira categoria de análise, a *ampliação de matrículas*, integram as estratégias 12.1, 12.2, 12.3, 12.4, 12.12, 12.13, 12.15, 12.16, 12.17 e 12.19 das quais determinam a oferta e a expansão do número de matrículas na Educação Superior a partir das seguintes propostas: oferta em cursos noturnos; acesso aos públicos historicamente desfavorecidos (campo, indígena e quilombola); levantamento da demanda a partir das necessidades para o desenvolvimento do município; superação dos vestibulares com a seleção por processos seletivos; busca de mecanismos para ocupar as vagas ociosas; elevação do número de estudantes por professor; e incentivo à participação do público feminino, principalmente nos cursos na área das ciências.

Segundo os indicadores publicados, em 2019, foram ofertadas 89.174 vagas na Educação Superior e, em 2020, 143.955 vagas, apontando para a ampliação da oferta de 61,43% no último ano. No entanto, o número de matrículas em 2019 foi de 23.527 e, em 2020, de 22.830, ou seja, 26,38% e 15,86% das vagas, respectivamente, foram preenchidas, demonstrando um movimento inverso (CRICIÚMA, 2021a). Esses números talvez reflitam os efeitos da pandemia de Covid-19, sobretudo na diminuição do preenchimento das vagas oferecidas no segundo semestre de 2020, quando a população se encontrava em quarentena e assustada com a imprevisibilidade do momento. Nesses números, além dos acadêmicos residentes em Criciúma, há todos aqueles que cursam o Ensino Superior na cidade, reforçando a importância da universidade para o desenvolvimento de toda uma região, não apenas para o município sede. Ademais, dentre o número de vagas ofertadas estão aquelas na modalidade à distância, sendo que uma das IES com polo na cidade ofertou, apenas em 2020, 103.700 vagas em cursos de nível superior.

A estratégia 12.19 propõe “estimular a participação das mulheres nos cursos de graduação, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências” (CRICIÚMA, 2015). O número geral de mulheres matriculadas no Ensino Superior foi de 10.037 para o ano de 2019 e de 9.968 para o ano de 2020, representando 24,46% em 2019 e 24,40% em 2020 da totalidade, o que denota estabilidade na participação das mulheres nesses cursos e não crescimento, como pretendia o PME (CRICIÚMA, 2021b).

Em relação à superação dos vestibulares por processos seletivos, percebe-se, nos indicadores (CRICIÚMA, 2021b), que em 2020 há um movimento de implementação da iniciativa, pelo qual realiza-se o ingresso no Ensino Superior via nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em nível nacional, ou por meio do histórico escolar promovido pela própria IES. De todo modo, não foi possível detectar se há um movimento regional nesse sentido, conforme preconiza a estratégia 12.15. A seguir, apresentamos o gráfico que aponta o percentual de superação dos vestibulares pelas IES no ano de 2020:

Gráfico 1 – Superação dos vestibulares em 2020



Fonte: Indicadores 2019 - 2020 (2021b)

O Ingresso no Ensino Superior via processo seletivo é preponderante, no entanto, a entrada de acadêmicos via vestibulares ainda representa uma parcela significativa dos novos ingressos, conforme pode ser percebido na Tabela 1:

Tabela 1 – Ingresso no Ensino Superior

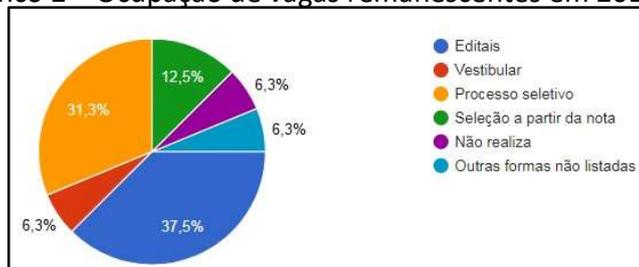
INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR	2019	2020
Por vestibular	2.619	2.354
Por processo seletivo	5.804	5.121
Por ENEM	863	1.099

Fonte: Relatório de Avaliação e Monitoramento do PME de Criciúma (2021a)

No que se refere ao número de negros, indígenas e desfavorecidos matriculados no Ensino Superior, os indicadores apontam para um total de 995 e 1.026 estudantes, em 2019 e 2020, representando respectivamente 4,23% e 4,50% dos acadêmicos. Para as vagas gratuitas, os indicadores indicam 172 em 2019 e 189 em 2020, mostrando uma pequena ampliação do número de vagas (CRICIÚMA, 2021b).

Segundo os indicadores, as vagas ociosas são ocupadas de formas distintas, conforme apontado no Gráfico 2, no qual apenas uma instituição (6,3%) afirmou não realizar o preenchimento dessas vagas. No entanto, considerando o grande intervalo entre o número de vagas ofertadas e o número de matrículas efetivadas, levanta-se uma possível fragilidade das informações prestadas pelas IES em relação à forma de preenchimento das vagas ociosas.

Gráfico 2 – Ocupação de vagas remanescentes em 2019/2020



Fonte: Indicadores 2019 - 2020 (2021b)

Pensar em possibilidades para ampliar a oferta para a Educação Superior é positivo, principalmente quando a intenção se relaciona com o desenvolvimento regional e, neste contexto, as universidades têm um expressivo poder de transformação. Mora, Serra e Vieira (2018) afirmam que as universidades possuem características específicas e um reconhecido potencial e, por esse motivo, são “consideradas não apenas como atores regionais estratégicos, mas também como ativos essenciais e inestimáveis de suas próprias regiões” (MORA; SERRA; VIEIRA, 2018, p. 35).

Nessa seara, destaca-se o exposto na estratégia 12.13 ao colocar que o mapeamento da demanda para a oferta de vagas em nível superior deve ser realizado “considerando as necessidades do desenvolvimento do Município de Criciúma, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica” (CRICIÚMA, 2015, p. 60). Segundo os indicadores, das 16 IES que ofertam Ensino Superior, apenas 56,3% das IES realizaram o mapeamento da demanda entre os anos de 2019 e 2020 (CRICIÚMA, 2021b). Assim, é evidente a necessidade de adequação dos planejamentos às demandas manifestas da sociedade, o que confirma o entendimento de Zabalza (2004, p. 24) de que “o que acontece em cada instituição é muito condicionado pelo contexto político, social e econômico em que cada uma desenvolve suas atividades” e, dessa forma, acaba por evidenciar prioridades distintas que podem não ir ao encontro das reais necessidades formativas da região e, tampouco, ao encontro das prerrogativas do PME de Criciúma. Aqui, provavelmente, encontra-se a razão da distorção entre o número de vagas oferecidas e o número de vagas preenchidas no município de Criciúma, como vimos anteriormente.

As estratégias 12.1, 12.2 e 12.17 tratam da expansão e da interiorização do acesso à Educação Superior por meio de parcerias que otimizem a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas e comunitárias, assegurando a oferta de vagas por meio da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). As estratégias buscam viabilizar a ampliação e interiorização da oferta de vagas na cidade de Criciúma, já que a maioria das vagas em IES públicas estão concentradas na capital do estado de Santa Catarina.

Na Tabela 2, é possível visualizar o número de vagas ofertadas pela rede federal no município de Criciúma nos anos de 2017 a 2020, na qual percebe-se que, nos três últimos anos, o número de vagas caiu 65,75% na rede federal e, em relação à UAB, chegou a zero em 2020, denunciando que não há a contrapartida federal para o cumprimento da estratégia e garantia do direito à educação para o alcance da meta.

Tabela 2 – Vagas no Ensino Superior na Rede Federal

ANO	REDE FEDERAL	UAB
2017	350	260
2018	120	80
2019	120	12
2020	120	0

Fonte: Relatório de Avaliação e Monitoramento do PME de Criciúma (2021a)

Embora o PME de Criciúma idealize que 40% das vagas sejam ofertadas pela rede federal, esse cenário está longe de ser atingido, conforme apontado na Tabela 2. Considerando o total de vagas ofertadas no

Sala, Caldas e Volpato – A Educação Superior na perspectiva do Plano Municipal de Educação de Criciúma

período, 89.174 vagas em 2019 e 143.955 vagas em 2020, a iniciativa pública representa somente 0,14% e 0,08% delas, respectivamente, onde apenas 21,1% pertencem à rede pública (CRICIÚMA, 2021b). Esses números confirmam o exposto por Morosini e Fernandes (2011), ao apontarem que na década de 90 ocorreu uma ampliação desenfreada da Educação Superior privada por conta da demanda de acesso, ocasionando uma crise às instituições comprometidas academicamente com seu compromisso social.

Com a redução de vagas ofertadas pelo sistema público, o que se percebe é a ausência de ações do Governo Federal para a implementação do próprio PNE, que prevê expressamente a ampliação por meio da interiorização das redes federais e da UAB. Tal omissão reflete diretamente na implementação dos planos em todas as esferas, do nacional ao municipal, ferindo o regime de colaboração exposto no documento, não apenas no sentido de atingir metas, mas para garantir o acesso ao ensino superior pelo sistema público, a ampliação de oportunidades e a ascensão social das camadas menos favorecidas economicamente.

A ampliação de matrículas no segmento público, para Dourado (2016, p. 30),

é importante e alterará a lógica da educação superior, saindo de um sistema de elite para um sistema de massa, além de sinalizar para um incremento importante das novas matrículas” neste setor, o que demandará planejamento e apoio financeiro do governo federal, o que parece não ter ocorrido diante da redução do número de vagas ofertadas por este segmento. O autor ainda destaca que tal indicação, contudo, “não altera o predomínio das matrículas no setor privado, na medida em que 60% das novas matrículas se efetivaram nessa esfera. (DOURADO, 2016, p. 30).

No mesmo viés, a estratégia 12.4 elenca como prioridade a oferta de vagas gratuitas para a formação de docentes para a Educação Básica e em áreas específicas de escassez destes profissionais (CRICIÚMA, 2015). A partir da análise do Relatório de Avaliação e Monitoramento do PME de Criciúma (CRICIÚMA, 2021a), é possível identificar que essa ampliação oscilou em Criciúma entre os anos de 2017 e 2020, apresentando a maior oferta em 2019, com 2.463 vagas e uma queda de mais de 500 vagas ofertadas no ano seguinte, correspondendo a 1.894. De igual modo, a iniciativa do Governo Federal para a concretização dessa estratégia é essencial, tendo em vista a promoção de programas que desenvolvem ações para este fim, como o Programa de Iniciação à Docência (PIBID), o Fundo de Investimento Estudantil (FIES), o Programa de Formação de Professores (PARFOR), entre outros. A Tabela 3 permite visualizar o quantitativo de vagas gratuitas destinadas à formação de professores nas IES do município de Criciúma e os números denunciam, mais uma vez, a queda dos investimentos para esta especificidade.

Tabela 3 – Vagas gratuitas para professores em cursos de licenciatura

ANO	QUANTIDADE
2017	962
2018	1842
2019	2463

Na perspectiva das matrículas, verificou-se a intencionalidade do PME com a ampliação da oferta em universidades públicas ou comunitárias por meio de incentivo com bolsas de estudos e financiamento estudantil. Percebe-se que, mesmo a formação ocorrendo, também, na iniciativa privada, o documento prioriza e valoriza as instituições federais, as UABs e as comunitárias.

O que se percebe nos planos de educação, tanto no nacional como no municipal, é que não há mecanismos concretos de financiamento para que as metas da Educação Superior sejam efetivadas e, nesse ponto, em que pese boas intenções estarem expressas no documento, mas perspectivas de implementação parecem distantes.

Em relação à ampliação do número de matrículas, o documento traz a intenção de contribuir com a ampliação às populações de campo, indígena e quilombola, destacada pela estratégia 12.12 (CRICIÚMA, 2015). Sabemos que esses públicos carecem de políticas públicas, entretanto não existem essas populações em Criciúma, evidenciando que houve uma cópia do PNE, sem a devida adaptação à realidade do Município. Nesta questão, o documento poderia contemplar as necessidades de seus munícipes, como as populações negras (nativos e imigrantes), oferecendo-os possibilidades de acesso, permanência e conclusão da Educação Superior, tendo em vista que, no período em que o PME de Criciúma foi elaborado, o Município já vinha recebendo imigrantes negros, de países como Gana, Senegal, Togo, Haiti, Venezuela, Bolívia, entre outros.

Felicetti e Morosini (2009) apontam que a ampliação do número de vagas propiciou a inclusão na Educação Superior, porém, esta expansão não reduz as desigualdades quanto ao acesso. Também alertam ser necessária a promoção de políticas para assegurar o sucesso dos acadêmicos, principalmente daqueles desfavorecidos historicamente. É nesse sentido, que no PME de Criciúma foi possível identificar estratégias que apontam essa preocupação e que foram alocadas na segunda categoria de análise: *a permanência dos estudantes*, que compreendem as estratégias 12.3, 12.5, 12.8, 12.9, 12.12 e 12.20.

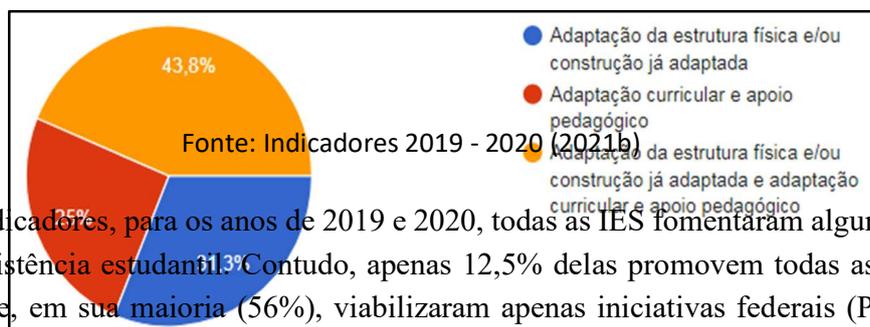
Sabe-se das dificuldades enfrentadas pela maioria dos estudantes brasileiros, para conciliar o trabalho com as atividades inerentes à formação em nível superior. Para contribuir com a redução da evasão nesse nível de ensino, o PME de Criciúma busca assegurar algumas condições para que os estudantes permaneçam na Educação Superior, como aumentar o número de cursos no período noturno, a fim de que o estudante possa conciliar as atividades acadêmicas com as profissionais do período diurno (CRICIÚMA, 2015).

Assim, de acordo com o relatório (CRICIÚMA, 2021a), 57,9% das IES ofertam cursos presenciais no período noturno. No entanto, não há informações sobre a quantidade de vagas ou de cursos para mensurar se 50% delas são ofertadas conforme estabelece a estratégia 12.3. O site *Observatório do Plano Nacional de Educação* aponta para 41,4% o percentual de vagas no período noturno em cursos de graduação presenciais no Brasil, confirmando que a maioria dos cursos presenciais ainda são realizados no período diurno. Salienta-se que há restrições em ofertar cursos no período noturno, em algumas especificidades da área da saúde, por exemplo, denunciando uma certa elitização.

O Plano também trata da criação de políticas de inclusão e de assistência estudantil (estratégia 12.5); de assegurar condições de acessibilidade (estratégia 12.9), do atendimento específico para as populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas (estratégia 12.12), do monitoramento da ampliação, no âmbito do FIES e do Programa Universidade para Todos – PROUNI (estratégia 12.8) e de manter e ampliar as bolsas da PMC (estratégia 12.20) (CRICIÚMA, 2015).

No tocante à promoção da acessibilidade aos estudantes, em 2020, 25% das IES informaram ter realizado adaptação curricular e apoio pedagógico, 30,3% realizaram adaptações da estrutura física ou construções adaptadas e 43,8% realizaram as duas iniciativas (CRICIÚMA, 2021b). Esses dados nos permitem inferir que 56,3% das IES promovem a acessibilidade ou por meio da adequação pedagógica ou da adequação física, sendo que as duas ações, coletivamente, são fundamentais para garantir a acessibilidade dos estudantes.

Gráfico 3 – Acessibilidade dos estudantes nos anos de 2019/2020



Segundo os indicadores, para os anos de 2019 e 2020, todas as IES fomentaram algum tipo de política de inclusão e de assistência estudantil. Contudo, apenas 12,5% delas promovem todas as políticas, sendo possível concluir que, em sua maioria (56%), viabilizaram apenas iniciativas federais (PROUNI e FIES) (CRICIÚMA, 2021b).

Gráfico 4 – Política de inclusão e assistência estudantil nos anos de 2019/2020



Fonte: Indicadores 2019 - 2020 (2021b)

A Tabela 4 possibilita perceber como se deu essa questão em Criciúma, reforçando o importante incentivo das políticas públicas federais para a ampliação do número de bolsas do PROUNI e FIES para o Ensino Superior. Percebe-se, em relação ao FIES, que houve, no último ano, uma queda significativa no número de contemplados.

Tabela 4 – Número de bolsas

ANO	PROUNI	BOLSAS PMC	FIES	OUTRAS	TOTAL
2019	563	717	1.628	2.561	5.469
2020	679	654	891	1.722	3.946

Fonte: Relatório de Avaliação e Monitoramento do PME de Criciúma (2021a).

Oliveira e Dourado (2016), ao analisarem a Educação Superior no PNE (2014-2024), afirmam que ele traz uma proposta de sistema inclusivo que supera o modelo de formação de elites, por conceber a Educação Superior como um direito social, um bem público, que pode ser potencializado por “meio de políticas públicas de expansão, inclusão e de permanência na Educação Superior” (OLIVEIRA; DOURADO, 2016, p. 1336), cabendo ao Estado expandir, incluir, regular, regulamentar, supervisionar e avaliar a oferta de modo que a qualidade seja garantida. No entanto, “é bom ressaltar que as ações afirmativas vêm colaborar para que uma maior diversidade de alunos possa ter acesso ao Ensino Superior, embora as estratégias usadas pelas ações afirmativas não resolverão de todo os problemas da iniquidade nesse nível de ensino” (FELICETTI; MOROSINI, 2009, p.14). Por este motivo, que o plano articula questões relacionadas à permanência e qualidade para minimizar as fragilidades evidenciadas no acesso.

A terceira categoria de análise diz respeito ao *aumento da qualidade* da Educação Superior e é observada na redação das Metas 12 e 13, nas estratégias 12.3, 12.6, 12.7, 12.10, 12.11, 12.14, 13.1, 13.2, 13.3, 13.4 e 13.5. Nesse sentido, as estratégias 12.3 e 13.5 relacionam a qualidade com a taxa de conclusão dos cursos de graduação, colocando como objetivo 90% para as instituições públicas e comunitárias e 75% para as privadas, até 2020. Além disso, a estratégia 13.5 manifesta a necessidade de aumentar os resultados no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), com projeções para que 60% dos estudantes

obtenham 60%, ou mais, de rendimento até 2020 e 75% dos estudantes atinjam 75% de rendimento até 2024 (CRICIÚMA, 2015).

O PME de Criciúma também coloca a importância da avaliação para a qualidade da Educação Superior. Para tanto, a estratégia 13.1 trata sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a estratégia 13.2 trata da relevância de manter representantes do Conselho Municipal de Educação do Município (COMEC) nas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) das instituições; também cita a autoavaliação das IES e a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas na estratégia 13.3 e a criação de um instrumento próprio para avaliar os cursos de licenciatura na estratégia 13.4 (CRICIÚMA, 2015).

Em relação à elaboração de instrumentos próprios de avaliação dos cursos de licenciatura, 75% das IES informaram que já os possuem, ao passo que 12,5% das instituições afirmam que estão em processo ou estudo para implantação e outros 12,5% afirmaram apenas não possuir esses instrumentos (CRICIÚMA, 2021b).

Em que pese seja importante a inserção de representantes do Conselho Municipal de Educação nas CPAs para auxiliar na elaboração de instrumentos, acompanhar a sua aplicação e analisar qualitativamente os resultados, o Município em si tem poucas condições de agir para a melhoria desses resultados no âmbito da Educação Superior. Por esses aspectos, parece que a qualidade da Educação Superior está vinculada com o atendimento dos índices oficiais estabelecidos e não considera outros fatores formativos.

O PME de Criciúma também invoca elementos que aproximam a educação dos aspectos comunitários e sociais, à medida que relaciona o aumento da qualidade da Educação Superior com os estágios curriculares, a pesquisa, a inovação e a extensão universitária (estratégias 12.7, 12.10 e 12.6) (CRICIÚMA, 2015). O incentivo à pesquisa científica e de inovação é uma atitude presente em 93,8% das IES (CRICIÚMA, 2021a). Esse é um dado que merece ser questionado, uma vez que muitas IES não possuem sua base na cidade, e que se há pesquisa científica, é provável que não seja na cidade e nem sobre problemas locais.

No entanto, evidencia-se a preocupação do PME com o desenvolvimento regional a partir dos eixos universitários da pesquisa e da extensão. Porém é preciso observar o que alerta Chauí (2003) ao afirmar que, para se valorizar a pesquisa na universidade, é preciso que haja fomento a partir de fundos públicos, que são intermediados pelas agências de incentivo à pesquisa, ou seja, sem fomento não se faz pesquisa.

A estratégia 12.10 dispõe sobre o fomento para a realização de estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município (CRICIÚMA, 2015). Para a realização dessas pesquisas, propõe a parceria entre alguns órgãos (Secretaria Municipal de Educação – SME e Secretaria Estadual de Educação – SED) e IES pública ou privada. A porcentagem de IES que realizam pesquisas a esse respeito é variada, e oscilou entre os anos de 2017 e 2020, conforme pode-se observar na Tabela 5:

Tabela 5 – Pesquisas que analisam a articulação entre formação, currículo, pesquisa e trabalho

ANO	PORCENTAGEM
2017	50%
2018	35,7%
2019	56,3%
2020	37,5%

Fonte: Relatório de Avaliação e Monitoramento do PME de Criciúma (2021a).

No que tange aos projetos de extensão, a estratégia 12.6 trata sobre o apoio a essas atividades, de modo a orientar a sua ação, principalmente para as áreas de pertinência social (CRICIÚMA, 2014). Nesse tocante, 81,3% das IES informaram fomentar projetos de extensão de pertinência social em 2019 e 75% delas em 2020 (CRICIÚMA, 2021b). A perspectiva importante que permanece nesse ponto é a manifestação do interesse do Poder Público Municipal em fomentar a pesquisa e apoiar a extensão universitária e, nesse diapasão, Serra, Rolim e Bastos (2018, p. 37) contribuem ao afirmar que:

Ensino, pesquisa e transferência de conhecimento são, de fato, atribuições essenciais das universidades, que contribuem para o acúmulo de capital humano qualificado por meio da formação universitária, para a geração de inovações e novas competências por intermédio das pesquisas empreendidas, e também para a transformação socioeconômica das regiões por meio da transferência do conhecimento produzido intramuros para os diversos segmentos industriais. Portanto, é inegável que as universidades, ao proverem capital humano especializado e intensificarem progresso tecnológico, criam as condições propícias para o florescimento de economias regionais mais eficientes e dinâmicas.

A universidade tem sua histórica vocação não somente para o ensino, mas também para a pesquisa e para a articulação com a comunidade a partir de projetos de extensão. Serra, Rolim e Bastos (2018, p. 37) colocam que “é inegável que as universidades, ao proverem capital humano especializado e intensificarem progresso tecnológico, criam as condições propícias para o florescimento de economias regionais mais eficientes e dinâmicas”.

A estratégia 12.7 prevê a ampliação do estágio curricular obrigatório e não obrigatório por meio de parcerias que podem ocorrer com escolas, empresas, indústrias, de modo que se viabilize a aproximação do estudante com a sua área de atuação (CRICIÚMA, 2015). Cumpre relatar que, segundo consta no relatório do PME, o número de acadêmicos que realizaram estágios obrigatórios em 2019 foi 2.375 e, em 2020, 2.088, indicando uma redução, que pode ter ocorrido por conta da Pandemia do Covid-19 (CRICIÚMA, 2021b).

Para Gatti (2014), os estágios curriculares são espaços onde teorias e práticas, em interconexão com o campo de atuação, propiciam a construção da aprendizagem e, por isso, também nós coadunamos com o entendimento de que ele é um importante meio de ampliação da qualidade da educação neste nível de ensino, ao mesmo tempo em que permite ao estudante conhecer as necessidades do mundo do trabalho e elaborar os conceitos necessários ao seu futuro desempenho profissional.

Outras questões que propiciam a melhoria da qualidade da Educação Superior, e que também são expressas pelo PME, dizem respeito à participação em programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de Graduação e Pós-Graduação (estratégia 12.11) e à institucionalização de um programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência (estratégia 12.14) (CRICIÚMA, 2015). Em relação à estratégia 12.11, é evidente no relatório o crescimento no número de estudantes que participaram de programas e ações de incentivo à mobilidade, pois cresceu, nos últimos quatro anos, nos quais temos 15 estudantes em 2017, 46 em 2018, 573 em 2019 e 627 em 2020 (CRICIÚMA, 2021b). Porém fica a dúvida sobre como pode ter crescido, sobretudo no ano de 2020, num período de pandemia e de aulas remotas? O que será que as IES interpretaram sobre esses dados?

A estratégia 12.14 trata sobre a institucionalização de um programa de composição de um acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de Graduação, na qual os indicadores dos relatórios do PME (CRICIÚMA, 2021a) nos permitem identificar que 93,8% das IES do Município afirmam ter adotado tal medida nos anos de 2019 e 2020.

No que se refere à qualidade, percebe-se que, na meta 13 do PME de Criciúma, não há destaques relativos à formação dos profissionais para atuar na Educação Superior. No PNE (2014), quando se discute a qualidade, além da sua elevação, prevê “ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores” (BRASIL, 2014).

Porém, as estratégias da meta 13 do PME de Criciúma não sinalizam tal preocupação, evidenciando a falta de articulação entre os planos nesta especificidade. O site *PNE em Movimento* aponta que, em Criciúma, 65,9% dos professores possuem Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo 21% em nível de Doutorado, o que demonstra estar abaixo do previsto na meta. Em relação ao número de acadêmicos que concluíram o Ensino Superior, os indicadores do relatório do PME (CRICIÚMA, 2021a) assinalam para 2017: 2624 concluintes; 2018: 2824 concluintes; 2019: 1.784 concluintes; e 2020: 1.372 concluintes, marcando uma redução.

Por fim, as três categorias analisadas permitiram evidenciar que o PME de Criciúma se constitui em um importante instrumento de planejamento para a Educação Superior do Município, com vistas ao desenvolvimento regional, manifestando ações que permitem ampliar o acesso, instrumentaliza maneiras para que o estudante permaneça nesta formação, como trata sobre a qualidade desejada.

Considerações finais

Por sua força constitucional, os planos de educação devem se tornar a bússola para o plano de governo, alinhando-o com os planejamentos financeiros do Governo Federal, estados e municípios, que devem trabalhar em regime de colaboração. Assim, no que tange o Ensino Superior do município de Criciúma, percebe-se o alinhamento da maioria das estratégias do PME de Criciúma com aquelas inseridas no PNE e no PEE/SC. Ademais, podemos dizer que as perspectivas do Ensino Superior no município de Criciúma, a partir da análise do PME (2015-2024), visam ao alcance da ampliação do número de matrículas, à permanência dos estudantes e ao aumento da qualidade nesse nível de ensino.

A ampliação de matrículas e a permanência dos estudantes no Ensino Superior se pretende por meio de estratégias que abrangem políticas humanísticas, processos seletivos diferenciados de vestibulares, preenchimento de vagas ociosas, mapeamento da oferta em cursos que atendam às necessidades regionais, o monitoramento da ampliação no âmbito do FIES e do PROUNI, além da ampliação das bolsas de estudos da Prefeitura Municipal de Criciúma. Nota-se que nem todas as estratégias são possíveis de serem viabilizadas pelo fato de não dependerem do município. Quanto à perspectiva do aumento da qualidade do Ensino Superior, o PME elabora estratégias voltadas à ampliação das taxas de conclusão dos cursos de Graduação, ao aumento do desempenho dos estudantes no ENADE, à ampliação de parcerias para os estágios curriculares e o fomento à realização de estudos e pesquisas que articulem formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, a partir das necessidades econômicas, sociais e culturais de Criciúma.

Considerando os dados apontados na análise, verifica-se que, para a implementação das metas 12 e 13 do PME, exigem-se esforços tanto das IES quanto do Governo Federal. Todavia, no viés da contrapartida federal, tem-se a estratégia 12.2 que objetiva assegurar a ampliação de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal e do Sistema UAB. Ocorre que os números apontam o distanciamento para o cumprimento dessa estratégia, por conta da redução de vagas na rede federal, entre os anos de 2017 a 2020, e da UAB, em 2020, o que denuncia a falta de empenho federal para a concretização do ideal de 40% das vagas no segmento público e aponta que a oferta do Ensino Superior ocorre, predominantemente, pelo sistema privado. Nesse mesmo viés, o número de bolsas que são fomentadas por essa esfera necessita de maiores recursos, como o PROUNI e o FIES. Assim, não se pode olvidar que as metas dos planos municipais contribuem para a implementação do Plano Nacional, e, nesse quesito, o investimento do Governo Federal no ensino público é crucial para o atendimento da meta, tendo seus efeitos refletidos em todas as esferas do regime de colaboração.

No que se refere às estratégias que dependem das iniciativas das IES, podemos mencionar que 43,7% das IES não realizam levantamento da demanda para a abertura de cursos, apontando que esta iniciativa é atrelada a outras motivações, que diferem da orientação contida no PME. Quando o tema é cursos no período noturno, todas afirmam ofertar, mas o número de vagas em cada período não está explícito nos dados coletados, inviabilizando a mensuração da estratégia. Outra estratégia que parte das próprias IES refere-se à acessibilidade dos estudantes, nas quais apenas 56,3% promovem adequação pedagógica e física para

garantir a inclusão, apontando uma lacuna para a garantia da permanência e conclusão do Ensino Superior aos estudantes com deficiência. Sobre a superação dos vestibulares por processos seletivos, evidencia-se que 75% das IES realizam essa ação, assinalando para uma possível consolidação da estratégia até 2024.

Além disso, evidencia-se a preocupação do PME com o desenvolvimento regional a partir dos eixos universitários da pesquisa (estratégia 12.10) e da extensão universitária (estratégia 12.6), em que ainda 25% das IES afirmam não realizar projetos de extensão e 93,8% incentivam a pesquisa científica e de inovação. No entanto, 63,5% não realizam pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município, desconsiderando os problemas locais/regionais.

Alguns números apontados nos fazem refletir sobre os impactos da pandemia de Covid-19 nos resultados alcançados pelo Município, como o de matrículas efetivadas, já que em 2019 foram preenchidas 26,38% das vagas e, em 2020, ocorreu uma redução para 15,86%. Esse decréscimo influencia diretamente o atingimento de outras estratégias, que visam ampliações, tais como: matrículas de mulheres em cursos nas áreas da engenharia, matemática etc. (estratégia 12.19), matrículas de negros, indígenas e grupos desfavorecidos (estratégia 12.12), acadêmicos que realizam estágios obrigatórios e não obrigatórios (estratégia 12.7) e número de concluintes.

Em contrapartida, há de se considerar que a pandemia influenciou fortemente o uso de ferramentas tecnológicas e esse fato contribuiu para a implementação da estratégia 12.14, que objetiva institucionalizar um programa de composição de um acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de Graduação, o que 93,8% das IES afirmaram realizar.

Entendemos que os objetivos identificados no PME para o Ensino Superior possuem inter-relação com o desenvolvimento do Município, porém as metas só serão efetivadas caso o Estado não tome a “educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político” (CHAUI, 2003, p. 11). Nesta seara, verificamos a ausência de previsão de empenho dos recursos públicos na Meta 20, que trata do financiamento da educação, o que, por sua vez, pode inviabilizar a consecução de muitas das iniciativas previstas, como também necessita da vontade política de seus governantes, nas esferas públicas, e das próprias IES, ao empenhar esforços naquilo que está a seu alcance. No entanto, em relação às metas 12 e 13, há a omissão do aumento da titulação dos profissionais para atuar no Ensino Superior, bem como a inconsistência ao requerer o aumento da inclusão das comunidades indígenas e quilombolas, sequer existentes no município, além da ausência de estratégias para atender às populações negras (nativos e imigrantes), que representam um número crescente.

Por fim, cabe retomar que o Educação Superior é de extrema relevância para o desenvolvimento regional por meio da articulação dos eixos “acesso, permanência e equidade”, evidenciados no PME de Criciúma. Porém, o fato de constarem no plano não garante sua efetivação, por isso reforça-se a importância do monitoramento e avaliação constante e do debate com os entes públicos responsáveis e população para que as metas sejam alcançadas.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União: Edição Extra, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 29/08/2021.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?lang=pt>. Acesso em: 29/08/2021.

CRICIÚMA. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação 2015-2024**. Criciúma, SC: 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-criciuma-sc>. Acesso em: 29/08/2021.

CRICIÚMA. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação: Relatório de Monitoramento e Avaliação (2016-2020)**. Criciúma, SC: PME, 2021a. Disponível em: <https://www.criciuma.sc.gov.br/site/plano-municipal-de-educacao.php#conteudo>. Acesso em: 29/08/2021.

CRICIÚMA. Secretaria Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação: **Indicadores 2019 - 2020**. Criciúma, SC: PME, 2021b. Disponível em: <https://www.criciuma.sc.gov.br/site/plano-municipal-de-educacao.php#conteudo>. Acesso em: 29/08/2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: Política de Estado para a educação brasileira**. Brasília, DF: MEC; Inep; Dired, 2016. Disponível em: <http://seriepne.inep.gov.br/ojs3/index.php/seriepne/issue/view/304>. Acesso em: 29/08/2021.

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Gq8c9dWsgVskC3LDcnV8j9H/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28/02/2022

GATTI, Bernardete A. **Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 25, p. 24-55, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: Criciúma**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma/panorama>. Acesso em: 29/08/2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MORA, José-Ginés; SERRA, Maurício; VIEIRA, Maria J. **O engajamento social como motor do desenvolvimento regional: a contribuição das universidades latino-americanas**. In: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula (orgs.). Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 123-153.

MOROSINI, Marília C; FERNANDES, Cleoni Maria B. Educação Superior: universidade e o projeto de formação cidadã. **Educação**. Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 465-481, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117121313010.pdf>. Acesso em: 28/02/2022.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Acompanhe o PNE. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 29/08/2021.

OLIVEIRA, João F. de; DOURADO, Luiz F. **A educação superior no Plano Nacional de Educação (2014-2024):** expansão e qualidade em perspectiva. In: XXIV Seminário Nacional. Anais. Maringá, PR: UNIVERITAS/BR, 2016. p. 1331-1350. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/2/o/PoliticaPNE-Final.pdf>. Acesso em: 29/08/2021.

SANTA CATARINA. Governo de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação – SC**. Florianópolis: 2015. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/16970-plano-estadual-de-educacao>. Acesso em: 29/08/2021.

SERRA, Mauricio; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula. **Universidades e a “mão visível” do desenvolvimento regional**. In: SERRA, Mauricio; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula (orgs.). *Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva*. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 31-52.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Submetido: 08/09/2021

Aceito: 17/02/2022